

Caminho para Rondônia - 2

# A luta pela terra, num cenário de violência

NORMAN GALL

Do "American Universities Field Staff"

**Sob muitos aspectos — escreve Norman Gall nesta segunda de uma série de três reportagens — a estrada para Rondônia abriu caminho para uma terra de ninguém: para além das fronteiras atuais do conhecimento científico, das soluções técnicas e da coesão organizacional. Crê o autor que será preciso um grande esforço para que essa fronteira econômica se mantenha. De fato, as dificuldades são muitas e os ecologistas advertem que a invasão da Amazônia é prematura e perigosa.**

Ao chegar a Vila Rondônia, vários moradores qualificados avisaram-me para não andar de noite pelas ruas. A abertura da BR-364 e a descoberta de terras férteis por sob a floresta haviam atraído para a cidade magotes de gente faminta e desesperada. A população flutuante de Vila Rondônia amontoa-se em hotéis e casas de cômodos de madeira, que proliferaram pela margem ocidental do rio Gy-Paraná, em frente dos bares e prostíbulos que ficam do lado de lá do rio. A cidade espalha-se por ambas as margens, ao longo do traçado da BR-364, em direção às palmeiras gigantes e aos castanheiros que ainda resistem entre os vestígios da floresta. Os principais centros de atividade, durante o dia, são as burocracias e repartições públicas que ficam em volta da velha estação de telegrafos — construída em grande estilo no começo do século —, assim como os restaurantes, estações de ônibus, farmácias e lojas de móveis e eletrodomésticos situadas na larga praça formada pelo posto de gasolina da Petrobrás, recentemente ampliado para incluir um restaurante e hotel.

O maior comerciante de móveis e eletrodomésticos afirmou que seu volume de vendas duplicou de ano para ano nos últimos três anos, apesar de a venda de eletrodomésticos ser prejudicada pela falta de eletricidade, salvo nas principais cidades.

A multiplicação de farmácias e clínicas particulares ainda impressiona mais que a de lojas, bares e hotéis. Médicos e farmacêuticos, bem como mecânicos e comerciantes, vieram em busca de oportunidades de vida, estando sempre com um olho no serviço e outro à espreita de bons negócios de compra e venda ou de especulação com terras. Segundo o novo provérbio dos clínicos brasileiros, o médico de fronteira, no espaço de dois anos, terá sua clínica particular, casa e automóvel, e se tornará fazendeiro dentro de cinco.

No entanto, poucos dias antes de eu chegar a Vila Rondônia, em dezembro do ano passado, um dos médicos da cidade foi morto durante uma rixa por causa de um cheque sem fundos e da mulher. A polícia prendeu o assassino, que por sua vez foi morto no xadrez, pouco depois, por um preso a quem deram fuga. A chefe de Polícia recebeu ameaças de morte e mandou dois dos quatro policiais da cidade — os únicos para garantir a lei e a ordem em uma área de centenas e centenas de metros quadrados — montar guarda à sua pessoa, enquanto dormia no hotel.

Os choques e a violência começaram cedo — ser assunto da fronteira brasileira. Muitos brasileiros, comparando a região com o Oeste norte-americano de há um século, aproximam a Vila Rondônia da década de 1970 com Dodge City, por volta de 1870. Há, de fato, alguma semelhança, do ponto de vista do papel desempenhado pela população flutuante. Elisworth, no Kansas, por exemplo, "logo depois de sua criação, em 1867, ganhou uma fama pouco invejável. Repleta com um ajuntamento heterogêneo de cocheiros de diligências, ferroviários, informantes do Exército, soldados e a costumeira grei de malfadados marginais — negociantes itinerantes de bebidas alcoólicas, jogadores, prostitutas — foi cenário de pelo menos oito homicídios em seu primeiro ano de existência, todos relatados com fascínio por editores de jornais em cidades mais regadas ao longo de linha férrea. Dodge City também ganhou essa imediata notoriedade, de que jamais viria a se desfazer" (1).

Os elementos mais conhecidos da população flutuante de Vila Rondônia são os homens que na estação seca são trazidos de avião para a selva, para o abate da floresta. Muitos são colonos fracassados, chegados a Rondônia à procura de terra para ocupação. Outros são antigos seringueiros, oriundos do Nordeste e arribados à Amazônia há décadas para a extração da borracha, que depois partiram para o garimpo de diamante e de estanho de aluviões, trabalhando mais tarde em bandos construtores de rodovias, para acabar no trabalho temporário de derrubar e queimar a mata, abrindo dezenas de milhares de hectares para estabelecimentos pecuários de propriedade de grupos fortes, associações de grupos empresariais paulistas. Dentre esses trabalhadores temporários deve-se contar ainda a mão-de-obra agrícola deslocada do Sul pela mecanização da lavoura e pelo abandono da cultura do café, de emprego intensivo do trabalho, pela cultura da soja, do trigo e do milho, de emprego intensivo do trator. "Há 80 mil lavradores desempregados no Paraná", disse-me um "gato", "e muitos prefeitos municipais no Sul lhe fornecem gratuitamente passagens de ida por ônibus para Rondônia. O problema é que muitos deles são incapazes de aguentar o trabalho na selva, correndo risco de morrer de malária ou hepatite. Muitos são andarilhos, que passam a vida identificando-se através de apelidos, sem qualquer documentação. Quando termina a derrubada, têm as mãos tão feridas e cheias de calosidades, que não podem às vezes cerrar os punhos. Se o avião os leva de volta a Vila Rondônia, bebem cachaça como se movidos por compulsão. Gastam o ganho da temporada em três dias nos prostíbulos do outro lado do rio, para depois deixar-se ficar em alguns dos hotéis até o fim da próxima estação chuvosa e poder partir de novo para o mato. Fazem grandes dívidas com os hotéis, que o novo patrão saldará, antes de transportá-los de volta à mata".

A distinção essencial da violência na fronteira brasileira com a vista há um século no Oeste norte-americano está no nível de conflito pela posse da terra. Ele existe, na fronteira brasileira, em praticamente quase todos os níveis sociais e todas as áreas geográficas. Além disso, a violência cresceu seriamente nos últimos anos, com os enormes incentivos oferecidos pelo governo, quer à agricultura mecanizada, quer aos programas de iniciativa privada para o desenvolvimento da Amazônia, o que inflacio-

nou o preço de uma terra até bem pouco tempo sem valor comercial. Simultaneamente, essas mesmas áreas novas estão sendo ocupadas por posseiros, muitos deles peões aliados pelo processo de mecanização agrícola promovido no Sul do Brasil, com incentivos governamentais. Numa carta pastoral sobre o problema crescente da violência, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deu o seguinte diagnóstico: "No Brasil, desde o período colonial, houve pouca distribuição da terra. Mas o problema se agravou nos últimos anos, em decorrência de uma política de incentivos fiscais a grandes empreendimentos agrícolas e pecuários. E à especulação desenfreada sobre a terra, desencadeada por tais medidas no interior, somou-se outra consequência negativa: o aparecimento da grande empresa agrária, cercada de recursos financeiros e jurídicos, que absorveu o pequeno produtor e expulsou índios e outros posseiros da terra. Esses pequenos produtores, colonos e posseiros, com dificuldade até para conseguir uma carteira de identidade, são incapazes de obter um título de propriedade, ou o reconhecimento judicial de seus direitos como posseiros. São, assim, expulsos da terra, forçados à mudança para outras regiões ou mesmo para países vizinhos, ou se transformam em nômades que perambulam pelas estradas do País. Muitos conflitos ocorrem, precisamente, especialmente na região amazônica e em Mato Grosso, ao resistirem eles à expulsão".

## Corrupção e conflito

A furiosa especulação fundiária fez crescer a corrupção entre funcionários públicos na venda de terras públicas, entre titulares de cartório, no registro de títulos fraudulentos e entre representantes do governo federal, assegurando a aprovação de projetos que provocam um vendaval de isenções fiscais e de empréstimos oficiais em condições de favorecimento. Faz pouco, o governador de Mato Grosso reconheceu terem os funcionários vendido mais terra que o contido nos limites desse imenso Estado. A pressão demográfica sobre as novas terras, junto com a econômica, criou o conflito sangrento entre latifundiários e posseiros, entre posseiros e índios e entre posseiros e posseiros. Essa violência conheceu uma escalada acentuada na década de 70, no vasto município de Barra do Garça, com um território que é aproximadamente o da Grã-Bretanha, no canto Nordeste de Mato Grosso, onde grandes extensões de selva e savana foram compradas na década anterior por pecuaristas em potencial ou simples especuladores, a um níquel ou vinte mil cada hectare. Os choques em Barra do Garça tiveram mais repercussão que os outros, no Brasil, por terem sido denunciados e documentados por padres, em defesa de posseiros e índios, dando lugar a amargas recriminações mútuas da Igreja e do Estado. Essas recriminações multiplicaram-se com a morte de dois padres, ali, no ano de 1976, por causa de disputas sobre terras. A 10 de julho um missionário alemão, padre Rodolfo Lukenbein foi assassinado por um bando exaltado, composto de donos de terras, posseiros e pistoleiros a soldo, que tentaram acabar com a vigilância sobre os limites da reserva indígena dos bororós, que eles tinham invadido. Padre Lukenbein, diretor de uma missão indígena da congregação salesiana, tinha servido de intermediário para convencer o governo da necessidade de resguardar as terras dos bororós. Três meses depois, a 11 de outubro, um jesuíta já bem maduro, padre João Bosco Penido Burnier, era abatido pelo tiro de um policial na vila de Ribeirão Bonito, ao entrar no xadrez, procurando im-

pedir a tortura e o estupro de duas mulheres presas uma semana antes. Eram a irmã e a nora de um posseiro que a polícia não conseguira prender oito dias antes, provocando um tiroteio em que morreu um cabo. A polícia tem sido muitas vezes usada pelos donos de terras para expulsão de posseiros desde 1972, quando os grupos de negócios do Sul começaram a comprar terras na região, para criar grandes estâncias de gado.

Os donos de terras acusam os posseiros de serem especuladores profissionais, que se instalam numa propriedade para arrancar dinheiro, no caso de ter de sair. Os defensores dos posseiros sustentam que em muitos casos os donos de terras apelam para a arbitrariedade na expulsão dos posseiros, por serem tão falhos seus títulos de propriedade, que não poderiam fazer prova judicial. Além de recorrer à polícia, os donos de terras contratam marginais, chamados capangas, para se livrar de posseiros, mas com um risco significativo: depois de ter limpado uma região de posseiros, os capangas às vezes exigem a terra para si. Um famoso capanga da região, Jorge Luis da Silva, se fez senhor de terras por lei própria, possuindo hoje um avião particular e gabando-se de ter no juiz de direito local um sócio nos negócios.

Em outra região amazônica, ao sul do espichado Estado do Pará, que é o dóbdo do território do Texas, um fazendeiro oriundo do Alabama, John Walker Davies e seus dois filhos foram mortos em 1976, numa emboscada de posseiros que eles queriam expulsar da estância e reserva de estanho de 87.000 ha, comprada por eles em 1964. Quando Davies e seus sócios obtiveram título certo à propriedade na terra em 1968, nela havia apenas uns poucos posseiros, que foram pagos para deixá-la. Em 1973, uma nova rodovia cortou-a em duas, facilitando a penetração de um número muito superior de estranhos, originando-se daí uma longa série de incidentes. A abertura de estradas foi a porta para imigrantes de todo gênero e o cenário montado de uma onda complexa de roubo de terras, de especulação e de violência, assim como de um movimento guerrilheiro no Pará, que manteve ocupado grande número de tropas federais, nos primeiros anos da década (2). Mas só uma pequena fração de tais incidentes ganhou notoriedade. No longínquo Estado do Acre, mais de 50 mil camponeses brasileiros foram compelidos a cruzar a fronteira do Peru e da Bolívia, sob pressão de grupos empresariais do Sul que adquiriram ali extensas faixas de floresta cerrada. Muitos deles eram seringueiros que continuaram a coletar o látex dos seringaais às margens dos rios da selva, passando pouco a pouco para uma agricultura de subsistência, ao ruir a grande expansão do comércio da borracha e depois que seus padrões abandonaram a região. Outra, por hábito introduzido se bem que não por lei, esses seringueiros compunham também a formação dos preços das terras de produção da borracha compradas ou vendidas, quase da mesma forma com que mudavam de mãos, na venda de propriedades, os servos índios no Peru e as "almas" na

Rússia czarista. Novos métodos, porém, começaram a prevalecer, ao começar o governo acreano a promover investimentos externos e o governo federal a oferecer grandes subsídios para o desenvolvimento da Amazônia. Entre 1971 e 1976, o preço da terra no Acre foi multiplicado por cem, em termos reais, apesar de ser tão alto o custo do mapeamento na selva, de modo a só vagamente se conhecer as fronteiras, na maioria das propriedades. De ônibus ou a jato, vieram peões do Sul para cortar a floresta para os "grupos fortes". Com eles, vieram os capangas, encarregados dos serviços de segurança entre os peões e de liquidar o problema das famílias de seringueiros e posseiros estabelecidas na área que está sendo abatida. A resistência à expulsão dá lugar, de vez em quando, a assassinatos de posseiros ou capangas.

Com um século e meio de ocupação, a fronteira brasileira se ressentia ainda muito mais da pressão demográfica sobre a mata virgem, sem previsão alguma de dispositivos institucionais a garantir distribuição equitativa dos recursos. Os Estados da fronteira brasileira apresentam altos índices de fertilidade humana, semelhantes aos vistos quando da ocupação da Sibéria, da Austrália e do Oeste norte-americano há um século: é a reação de curto horizonte à oportunidade econômica surgida da incursão humana por um novo campo de recursos naturais. Mas o principal motor dessa pressão demográfica sobre novas áreas no Brasil é a mecanização da agricultura, que tirou de regiões mais densamente povoadas peões e pequenos produtores. O regime militar brasileiro optou evidentemente pela formação de estâncias de gado para exportação nos Estados do Norte e do Oeste, financiando-o; processo muito semelhante à política seguida na Austrália, no período de colonização, de preferir os grandes estabelecimentos para criação de ovinos às pequenas fazendas. A grande massa de dinheiro do governo brasileiro derramada pelas empresas agrícolas enfraqueceu a já precária condição do posseiro e do pequeno produtor, cujas técnicas primitivas e pobreza de capital contribuíam para a limitação da produtividade e para o aceleramento da exaustão do solo, reforçando-lhes a tendência à migração. Ao chegarem a fronteira, com todos os haveres empilhados num caminhão, eles já venderam muitas vezes seu último pedaço de terra, ou foram expulsos, barrando-se-lhes qualquer volta atrás.

## História sangrenta

No Oeste norte-americano, as planícies desprovidas de árvores permitiam a vigilância pronta e barata e a concessão de títulos precisos de propriedade sobre áreas agrícolas retangulares; as florestas da fronteira brasileira, ao invés, tornaram o trabalho do topógrafo arriscado e dispendioso. A quase totalidade dessa vasta área estava, até bem pouco, sem mapeamento, já que a terra não oferecia interesse econômico, nem dava mostras de poder produzir o suficiente para justificar a expedição de homens mata-

dentro, por semanas ou meses de cada vez. Na confusa e sangrenta história da colonização do sertão brasileiro, reivindicações opostas de uma mesma terra foram muitas vezes ajustadas pela violência mais do que com o recurso a normas ambíguas ou a limites jamais traçados. A usurpação ficou de fato profundamente implantada na cultura de fronteira. Em 1850, um orador na Câmara dos Deputados já dizia que o "trabalho de defender uma grande propriedade fundiária e de defendê-la sem qualquer título legal" levava os pretensos senhores de terras a "apelar para gente de baixo nível, os chamados capangas, com o fito de coagir e praticar violência na usurpação de terras ou na defesa de terras já usurpadas. A falta de segurança que todos all sentem foi realmente a principal causa da desmoralização do povo do interior" (3).

Com a pressão de hoje para estabelecimento na Amazônia, principalmente nas áreas tradicionais de produção da borracha como Rondônia, o problema da garantia legal dos direitos à terra ficou muito mais explosivo e complexo. Uma lei de 1964, promulgada pouco depois da tomada do poder pelo atual regime militar, estabeleceu que os posseiros não podem ser sumariamente expulsos, se vivem e trabalham num pedaço de terra há pelo menos um ano. Esses direitos, porém, são frequentemente burlados pelos latifundiários; e é a própria lei que estimula fortemente o latifundiário à violência como meio de livrar-se de longos e custosos processos judiciais para remoção de posseiros. Por outro lado, os direitos legítimos dos latifundiários em Rondônia são quase tão sujeitos a controvérsia quanto os dos posseiros. Os relativamente poucos, capazes de exibir documentos autênticos em defesa de sua propriedade, não podem fazer provas líquidas de fato, mas apenas alegar uma continuidade de posse legal fundada em "concessões", ou "direitos de exploração", outorgados pelos governos estaduais aos barões da borracha no início do século. Mas essas concessões para extração da borracha eram extremamente elásticas, já que a posse era decidida pela força e o poder econômico real estava no controle sobre os rios das selvas e as confluências, as únicas rotas de exportação da borracha e de abastecimento das caçanhas isoladas de seringueiros. Os direitos legítimos à terra na selva, por ocasião do boom da borracha parecem com os da indústria do gado nas Grandes Planícies dos Estados Unidos, antes da introdução da cerca de arame farpado, por volta de 1880. Até então, "a terra não tinha valor, o pasto era de todos, a água (para o gado) era do primeiro que chegasse" (4), formando-se grandes impérios pecuários graças ao controle do acesso aos rios — do mesmo modo como se formaram os impérios da borracha na Amazônia. Com a queda da borracha, entretanto, muito desses seringaais foram abandonados; e veio então crescendo a ação do governo federal. Hoje, ele é o primeiro proprietário de todas as terras situadas a menos de 150 km das fronteiras brasileiras e a menos de 100 km de um lado e outro de todas as rodovias federais existentes ou em projeto. Em Rondônia, o controle sobre as terras do governo federal foi delegado ao INCRA e significa o direito a mais de 24 milhões de ha, destinados principalmente a esquemas de colonização que podem ficar sepultados sob a pressão de interesses particulares à procura de grandes extensões de terra virgem barata e de milhares de novos posseiros que a cada ano chegam a Rondônia.

## Fim dos índios

O extermínio dos índios na floresta brasileira começou na era colonial, foi acelerado no século passado, estando hoje pres-

tes a ser completado. A dizimação da população nativa foi antes consequência das doenças trazidas pelo homem branco que da violência: primeiro, por ocasião do período áureo da borracha e, agora, da valorização da terra. Os índios amazônicos mostraram-se muito mais vulneráveis à incursão do homem branco que os índios das planícies dos Estados Unidos, que tinham recebido cavalos dos espanhóis no século XVII e XVIII, tornando-se força militar invencível até a introdução da arma que detonava seis vezes seguidas pelos colonizadores do Texas, em meados do século passado (5). Boa parte de suas façanhas militares devia-se a técnicas e armas aperfeiçoadas na grande caça pelas planícies, particularmente a caça do búfalo e de gado selvagem. As planícies e florestas da América do Sul, ao contrário, não abrigam animais de largo porte, que constituam o desafio e a provisão de proteínas dos grupos de caçadores. A maioria das tribos dizimadas da Amazônia crescia outrora à beira dos rios da selva, alimentando-se de peixes e mamíferos aquáticos e desalojada das margens dos rios para a terra firme da floresta fechada apenas por outros grupos indígenas e civilizados de outras partes do Brasil.

O ritmo de colonização patrocinada pelo governo e de construção de estradas na Amazônia caiu a partir de outubro de 1973, com a guerra do Oriente Médio e a quadruplicação dos preços do petróleo, que coincidiu com os primeiros fracassos dos projetos de colonização à margem da Transamazônica e com a troca de generais-presidentes no regime militar brasileiro. Depois de sua posse, em março de 1974, o presidente Ernesto Geisel anunciou uma mudança dramática na política de desenvolvimento da Amazônia. Substituiu-se a ênfase na colonização de patrocínio oficial por um novo programa, o Polamazônia, implicando milhões em investimento durante três anos em 15 "pólos de crescimento" distintos na vasta área beneficiada pela presença substancial de minérios, estanho e solos férteis. Em Rondônia, o programa implicava na construção de uma nova represa hidrelétrica, de novas instalações portuárias em Porto Velho, na expansão da mineração do estanho e o plantio de café e cacau. Mas, dois anos depois do lançamento do Polamazônia, um levantamento promovido pelo principal jornal do Rio de Janeiro descobriu que o programa apresentava "grande disparidade, dos planos à realidade... O atraso vem do próprio nascimento; Os técnicos da Sudam e de outras agências federais levaram 11 meses para preparar o detalhamento dos planos, o que encheu 11 volumes. Eles tinham sido redigidos sob o clima dos projetos-impacto do governo Médici (1969-1974), que visavam bilhões de dólares destinados ao projeto, 250 milhões foram subtraídos de projetos anteriormente existentes" (6).

A estratégia econômica de se formar um grande rebanho amazônico às custas do governo funda-se na crença, esperança ou no pretexto de estar o mundo à beira de uma crise carência de carne; e no fato de estar a Amazônia milhares de quilômetros mais próxima dos ricos mercados da América do Norte e da Europa que a Argentina, atualmente o primeiro exportador de carne na América do Sul. Fala-se de transportar gado por avião, ou em balsas, pelos afluentes do Amazonas. Mas indaga-se igualmente se o gado em larga escala poderá resistir às doenças da região e aos períodos de seca e se o preço da carne será jamais compensador, dados os custos estercoantes de transporte para os mercados, de regiões tão entranhadas na fortaleza remota desse continente primitivo. Entretanto, os especuladores contam com lucros fabulosos, se continuar a ganhar; força o mito econômico da Amazônia; ou com anistias fiscais, se ele entrar em colapso. Enquanto não se define o problema, a floresta vai desaparecendo e milhões de habitantes pobres vão sendo empurrados para o Norte, à procura de mais terra. Seu desespero é compreensível, mas os ecologistas advertem ser a invasão da Amazônia prematura e perigosa: não sabemos, ainda o que tais terras são capazes de suportar. Não sabemos se as faixas esporádicas de solo fértil, como as que se vêem em Rondônia, conservarão por vários anos seus nutrientes, ou se serão logo lavadas, erodidas e transformadas pelo sol abrasador em argila. Não sabemos sequer se a Amazônia poderá gerar um suprimento de proteínas para sustentar por si uma população superior a das tribos nômades dos velhos tempos. Face aos novos preços do petróleo, o engenho humano terá que desdobrar-se, para descobrir alternativas de economia de energia para produção e distribuição de fertilizantes, na manutenção da fronteira brasileira em seu atual nível de penetração. Sob muitos aspectos, a estrada para Rondônia abriu para uma terra de ninguém: para além das fronteiras atuais do conhecimento científico, das soluções técnicas e da coesão organizacional. Será preciso um generoso esforço para que essa fronteira econômica se mantenha.

NOTAS

(1) Robert R. Dykstra, *The Cattle Towns*, 2ª edição, New York, Atheneum, 1976, p. 113.

(2) Ver, para uma descrição de movimentos guerrilheiros e de outras agitações na região, Brazil: Fish in Water, Latin America, Londres, 24 de agosto de 1973 (uma carta semanal) e Anibal Fernando, *A Área Mais Tensa do País*, Folha de São Paulo, 2 de janeiro de 1977.

(3) Chado por Warren Dean, *Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil*, *Hispanic American Historical Review*, novembro de 1971, p. 611.

(4) Walter Prescott Webb, *The Great Plains*, New York, Ginn, 1931, p. 230.

(5) Viagem ao Remoto País dos Territórios, *Visão*, 7 de outubro de 1974, pp. 47-84, 167-178.

(6) Sue Branford, Brazil: Turning the Jungle Into Ranchland, *Financial Times*, Londres, 16 de dezembro de 1976, p. 37.

